



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009042-22.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Niels Bohr Educacional Ltda.**
 Requerido: **Waldira Ramos de Sena**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

NIELS BOHR EDUCACIONAL LTDA, mantenedora do Colégio Interativo – São Carlos, propõe ação de cobrança contra WALDIRA RAMOS DE SENA cobrando-lhe anuidade referente à prestação de serviços educacionais.

A ré foi citada e não contestou.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 330, II c/c art. 320 do CPC, uma vez que a revelia, por firmar presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, torna desnecessária a produção de outras provas.

A presunção de veracidade, ademais, resta corroborada pelos documentos que instruem a inicial, demonstrando a celebração do contrato de prestação de serviços educacionais entre as partes, assim como a efetiva disponibilização do serviço, pela autora, à ré.

Como consequência, em razão do inadimplemento está a autora autorizada a cobrar da ré o montante devido, em conformidade com a tabela de fls. 28.

Ante o exposto, julgo procedente a ação e CONDENO a ré a pagar à autora os valores indicados na planilha de fls. 02, com multa de 2%, atualização monetária pela tabela do TJSP, juros moratórios de 1% ao mês, desde cada vencimento; CONDENO-A, ainda, nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em 10% sobre o valor da condenação.

A ré reputa-se intimado(a) desta com a simples publicação em cartório, sendo desnecessária a intimação pessoal pois, nos termos do art. 322 do CPC: “contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório”.

Fica desde já a ré intimada de que o termo inicial para pagamento voluntário no prazo de 15 dias, nos termos do art. 475-J do CPC, sob pena de incidência da multa de 10% e prosseguimento da execução, corresponderá ao trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação.

P.R.I.

São Carlos, 03 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**